

O truncado destino de Tancredo Neves

COM a morte de Tancredo Neves, aos 75 anos de idade, Presidente eleito da República, encerra-se uma das mais longas, tempestuosas e truncadas carreiras políticas da nossa história contemporânea. Tendo alcançado todos os altos postos da República, no seu Estado e no país, jamais lhe foi dado cumprir até o fim qualquer das missões que lhe foram atribuídas pelo voto popular ou pelo consenso político.

Em 1935 elegeu-se vereador em sua terra natal, São João del Rei. Escolhido presidente da Câmara, teve seu mandato interrompido pelo golpe de estado de Getúlio Vargas em 1937. Voltou à advocacia na qual permaneceu até 1946 quando se elegeu deputado estadual, distinguindo-se como líder da oposição ao Governo de Milton Campos.

Em 1951 sobe à Câmara dos Deputados. Relações de família e a defesa de um veto do Presidente Getúlio Vargas, de volta ao poder em eleição memorável, o distinguiram com a amizade do chefe do governo, que fez dele, em 1953, Ministro da Justiça. Nesse posto foi testemunha quase visual do tiro no peito com o qual Vargas encerrou sua vida. O Presidente morreu nos seus braços e nos de Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

Recomeçou a vida de deputado e, em 1960, disputou o Governo de Minas com o apoio de Juscelino Kubitschek, Presidente da República, de Bias Fortes, Governador do Estado, de quem fora Secretário das Finanças, do PSD, do PTB e do PR. Ele já próximo da morte confessou a José Aparecido que forçara as circunstâncias para fazer-se candidato, atribuindo a isso a sua derrota por Magalhães Pinto, com quem passou a travar daí por diante uma disputa permanente pelo poder político. Na realidade, o triunfalismo da sua campanha foi insuficiente para enfrentar a força do jansinismo em ascensão e a habilidade política do adversário.

Com Magalhães Pinto instalado no Palácio da Liberdade, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República e, em setembro de 1961, viu-se Tancredo alçado à Presidência do Conselho de Ministros, chefe do Governo nacional, com a adoção de um parlamentarismo híbrido imaginado para possibilitar a posse de João Goulart, Vice-Presidente impugnado pelos ministros militares.

Em nove meses, renunciaria à chefia do Governo a pretexto de disputar novo mandato de deputado. Na realidade, por sentir inviável o parlamentarismo que ajudou a instituir e a implantar. Pela via plebiscitária, arrancada de um Congresso intimidado, Goulart restaurou o presidencialismo e fez de Tancredo Neves seu líder na Câmara. Em 1º de abril de 1964, o Presidente foi deposto. Tancredo o levou ao avião no qual partiu para o exílio e a morte.

O ex-Primeiro-Ministro entrou num longo período de ostracismo, reelegendo-se deputado para uma obscura atuação sob o regime autoritário como representante de uma oposição pouco representativa. Quando a nação estava em condições de iniciar sua reação, disputou o mandato majoritário de senador, que conquistou e exerceu pela metade desincompatibilizando-se para, em 1982, concorrer ao Governo de Minas.

Ocupando o Palácio da Liberdade, lá permaneceu apenas um ano e três meses, para poder aceitar sua candidatura a Presidente da República, lançada pelo PMDB e apoiada por uma dissidência do PDS, pelo PDT e pelo PTB. Embora eleito por um Colégio Eleitoral forjado pela ditadura para assegurar a continuidade do regime autoritário por mais um mandato, nunca um Presidente eleito se avizinhou do poder em meio a tanta esperança do seu povo, que rezou unido e compungido por sua salvação.

A margem da sua carreira, prosperava, em via paralela, a do seu rival de 1960, Magalhães Pinto, que nunca afastou os olhos da Presidência da República. No longo ostracismo de Tancredo, Magalhães comandou, como chefe civil, o golpe revolucionário de 1964. Embora posto de quarentena por alguns governos militares, foi Ministro do Exterior e presidente do Senado. Desafiou o regime lançando-se sem êxito candidato à Presidência, contra o General João Figueiredo. O regime ainda não perdera o vigor nem Magalhães a obstinação.

Em 1979 as vidas paralelas confluíram para formar o PP, um partido que possibilitaria a alternância no poder e seria o canal da transição para o regime democrático. Um erro do SNI provocou a reincorporação do PP ao PMDB, para a qual Tancredo, presidente do partido, carreou novos apoios. Magalhães voltou para o PDS e tentou interceptar a ascensão de Tancredo ao Governo do Estado. Um erro do PDS tirou as chances do partido e de Magalhães que evitou a disputa majoritária.

No curso da longa manipulação da sucessão, ele manteve-se como uma proposta de candidato. Não acreditava na eleição de Tancredo, não a desejava, embora tenha sufragado seu nome no Colégio, e depois não acreditava na sua posse. Essa foi assegurada pelo colapso do poder militar e a decisão dominante nas Forças Armadas de cumprir a regra constitucional.

Enquanto Tancredo cumpria um roteiro triunfal pela Europa e a América, Magalhães Pinto foi levado ao hospital com um derrame cerebral. Ainda hoje ele guarda o leito numa demorada recuperação, a qual não o devolverá à vida pública.

Quanto a Tancredo, morre na praia. Bem dotado intelectual, moral e politicamente para exercer as funções que o destino lhe atribuiu, não as cumpriu por inteiro e viu-se privado de investir-se na última delas e na mais importante, a que colocaria seu nome na história como restaurador das instituições democráticas do Brasil. Nenhum destino mais frustrante nem mais dramático da nossa história contemporânea. Ele e Magalhães Pinto apagam-se na mesma idade sem cumprirem sua profunda vocação de poder. Foram os últimos chefes políticos de uma brilhante geração de Minas, hoje órfã e semidesamparada.

CARLOS CASTELLO BRANCO